

## **Normas Regulamentares Específicas do Doutoramento em Ciência Política**

### **Artigo 1.º Designação**

O Iscte confere o grau de doutor em Ciência Política e ministra o ciclo de estudos a ele conducente, designado "Doutoramento em Ciência Política", a seguir simplesmente referido como doutoramento.

### **Artigo 2.º Regulamento**

O regulamento do doutoramento é composto pelas Normas Regulamentares Gerais dos Doutoramentos do Iscte e pelas presentes Normas Regulamentares Específicas.

### **Artigo 3.º Área científica**

A área científica predominante do doutoramento é Ciência Política.

### **Artigo 4.º Duração**

O doutoramento tem a duração de quatro anos letivos.

### **Artigo 5.º Objetivos do Doutoramento**

O doutoramento em Ciência Política tem como objetivos desenvolver competências de:

- a) Compreensão sistemática e aprofundada do domínio científico da Ciência Política;
- b) Aplicação de metodologias de investigação avançadas neste campo disciplinar;
- c) Conceção e realização de investigação original com rigor e qualidade científica;
- d) Avaliação crítica, análise e síntese de ideias novas e complexas;
- e) Comunicação eficaz para a comunidade científica e para o público em geral, incluindo a publicação de trabalhos científicos;
- f) Transferência de conhecimento científico, em contextos académicos e profissionais, para responder a desafios sociais e contribuir para o bem-estar das populações.

### **Artigo 6.º Fundamentação do curso de doutoramento**

1 — O doutoramento compreende uma componente curricular destinada a assegurar a formação científica avançada necessária ao desenvolvimento de investigação autónoma e original, designada de curso de doutoramento.

2 — O curso de doutoramento tem como propósito:

- a) Consolidar conhecimentos aprofundados nas áreas científicas do doutoramento;
- b) Desenvolver competências teóricas, metodológicas e técnicas adequadas à prática de investigação original e relevante para a comunidade científica;

- c) Assegurar a aquisição de competências académicas e científicas relevantes para o trabalho científico, designadamente em comunicação, ética na investigação, colaboração e trabalho em equipa e direitos de autor e propriedade intelectual;
- d) Promover a integração dos/as estudantes nas atividades das unidades de investigação.

### **Artigo 7.º**

#### **Formação supletiva**

- 1 — No âmbito do doutoramento em Ciência Política, poderá ser indicada formação supletiva a estudantes cuja formação académica de base não assegure competências fundamentais nas áreas de Ciência Política, metodologia de investigação e análise de dados, de acordo com as condições fixadas nas Normas Regulamentares Gerais dos Doutoramentos do Iscte.
- 2 — A formação supletiva a que se refere o número anterior inclui unidades curriculares até ao limite máximo definido nas Normas Regulamentares Gerais dos Doutoramentos do Iscte.
- 3 — As unidades curriculares devem constar da ata de divulgação de resultados que decorre da avaliação das candidaturas ao ciclo de estudos.

### **Artigo 8.º**

#### **Estrutura curricular e plano de estudos**

A estrutura curricular e o plano de estudos do doutoramento, são os constantes da página de internet da Direção Geral do Ensino Superior.

### **Artigo 9.º**

#### **Condições específicas de ingresso e critérios de seleção e seriação de candidatos/as**

- 1 — Podem candidatar-se ao doutoramento:
  - a) Titulares do grau de mestre ou equivalente legal em áreas científicas consideradas adequadas pela Comissão Científica do Doutoramento, nomeadamente:
    - i) Ciência Política;
    - ii) Relações internacionais;
    - iii) Outras áreas de formação.
  - b) Titulares do grau de licenciado ou equivalente legal, desde que possuam um currículo escolar ou científico especialmente relevante que ateste capacidade para a realização do doutoramento;
  - c) Detentores/as de um percurso académico, científico ou profissional que seja reconhecido como atestando capacidade para a realização deste ciclo de estudos.
- 2 — Os/As candidatos/as são selecionados/as e seriados/as Comissão de Análise de Candidaturas, de acordo com os critérios de seleção e seriação aprovadas anualmente pela Comissão Científica do Doutoramento, com base nos princípios dispostos das Normas Regulamentares Gerais dos Doutoramentos do Iscte.
- 3 — Aos/Às candidatos/as que, no processo de avaliação da candidatura, sejam identificadas necessidades de formação nas áreas fundamentais do ciclo de estudos, a sua admissão fica condicionada à frequência, quando aplicável, de unidades curriculares no âmbito da formação supletiva, nos termos previstos no artigo 7.º das presentes normas regulamentares.

## **Artigo 10.º**

### **Normas de candidatura**

1 — Para além dos documentos indicados nas Normas Regulamentares Gerais dos Doutoramentos do Iscte, os/as candidatos/as devem entregar, no ato de candidatura:

- a) Carta de motivação que inclua um esboço de plano de investigação, indicando objetivos / questões que planeia investigar;
- b) Cópia de todos os documentos comprovativos dos percursos profissionais e da pertença a equipas de investigação.

2 — A Comissão de Análise de Candidaturas pode ainda solicitar outros documentos para a avaliação mais detalhada da candidatura.

3 — Facultativamente, os/as candidatos/as podem incluir outros documentos que considerem relevantes para o processo.

## **Artigo 11.º**

### **Inscrições**

1 — A inscrição no segundo ano curricular requer:

- a) A aprovação de 60 créditos ECTS do curso de doutoramento;
- b) A aprovação nas unidades curriculares exigidas como formação supletiva, quando aplicável;
- c) A aprovação do projeto de doutoramento.

2 — A inscrição nos anos curriculares subsequentes rege-se pelas condições previstas nas Normas Regulamentares Gerais dos Doutoramentos do Iscte.

## **Artigo 12.º**

### **Regime de avaliação de conhecimentos do curso de doutoramento**

O regime de avaliação de conhecimentos nas unidades curriculares do curso de doutoramento regem-se pelo Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos e Competências do Terceiro Ciclo do Iscte.

## **Artigo 13.º**

### **Condições de dispensa do curso de doutoramento**

1 — A dispensa de unidades curriculares que integram o curso de doutoramento, pode ser concedida, mediante pedido do/a estudante, quando este/a satisfaça as seguintes condições:

- a) Frequência e aprovação em unidades curriculares a que correspondam os objetivos de aprendizagem das unidades curriculares que constituem o curso de doutoramento;
- b) Experiência profissional relevante que demonstre domínio das competências correspondentes aos objetivos de aprendizagem das unidades curriculares que constituem o curso de doutoramento;
- c) Experiência de investigação adequada ao ciclo de estudos, e que detenham publicações científicas ou trabalhos de investigação que se enquadrem nos objetivos de aprendizagem das unidades curriculares que constituem o curso de doutoramento.

2 — A Comissão de Análise de Candidaturas pode ainda dar indicação sobre o cumprimento de condições para dispensa do curso de doutoramento, devendo essa indicação ficar registada na ata de divulgação dos resultados das candidaturas.

3 — Existindo a indicação referida no ponto anterior, o/a estudante deve formalizar o pedido de dispensa no sistema de gestão académica.

4 — A dispensa do curso de doutoramento pode ser total ou parcial, não podendo ser dispensada a realização e aprovação do projeto de doutoramento.

5 — Os critérios de dispensa regem-se pelo Regulamento de Creditação de Formação Anterior e de Experiência Profissional do Iscte.

## **Artigo 14.º**

### **Orientação**

Os princípios gerais sobre a orientação regem-se pelas Normas Regulamentares Gerais dos Doutoramentos do Iscte, sendo que a equipa de orientação fica limitada, no máximo, a dois/duas orientadores/as.

## **Artigo 15.º**

### **Enquadramento dos trabalhos de investigação**

1 — O doutoramento é gerido e enquadrado cientificamente no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), podendo os trabalhos de investigação ser realizados na referida unidade, noutra unidade de investigação do Iscte ou em instituições de I&D nacionais ou estrangeiras.

2 — Os trabalhos de investigação são apoiados pela frequência do Seminário Projeto de Investigação, Ciclo Internacional de Conferências Doutorais e o Colóquio Doctoral, entre outras atividades promovidas pelo ciclo de estudos e pela unidade de investigação.

## **Artigo 16.º**

### **Relatório de progresso anual**

1 — O relatório de progresso anual para os/as estudantes que transitam do segundo para o terceiro ano curricular deve conter, pelo menos, esboço de dois capítulos da tese ou um artigo em fase de submissão ou submetido para publicação.

2 — Tratando-se do relatório de progresso anual relativo aos anos curriculares seguintes, é ainda exigido que contenha, pelo menos, esboço de quatro capítulos da tese ou dois artigos em fase de submissão ou submetidos para publicação.

3 — O(s)/A(s) orientador(es)/a(s) elabora(m) um parecer escrito sobre o progresso da tese de doutoramento baseado no relatório de progresso anual.

4 — O/A diretor/a de doutoramento valida o parecer e emite o resultado expresso numa qualificação de «Aprovado» ou «Não Aprovado».

## **Artigo 17.º**

### **Tese**

1 — A tese deverá ser apresentada numa das modalidades previstas nas Normas Regulamentares Gerais dos Doutoramentos do Iscte:

- a) Formato monográfico;
- b) Formato de compilação de artigos.

2 — Para além das regras constantes das Normas Regulamentares Gerais dos Doutoramentos do Iscte, a tese em formato de compilação de artigos obedece ainda às seguintes regras:

a) O/A estudante deve ser primeiro/a autor/a em três artigos e ser único/a autor/a em pelo menos dois deles;

b) Um dos artigos em co-autoria não deve ter mais do que três co-autores/as;

c) Todos os artigos deverão estar publicados numa revista indexada nas bases de dados na Web of Science (WoS) – Social Sciences Citation Index (SSCI) ou na Scopus (Elsevier).

3 — Aos/Às estudantes integrados/as em projetos de investigação que pretendam desenvolver a tese no formato de compilação de artigos podem aplicar-se as regras constantes das Normas Regulamentares Gerais dos Doutoramentos do Iscte, mediante decisão favorável da Comissão Científica do Doutoramento.

4 — Para as teses em formato monográfico, recomenda-se ao/à estudante que aquando da respectiva submissão apresente pelo menos um artigo publicado, ou aceite para publicação, em revista indexada da área científica dominante ou complementar (ciência política e/ou relações internacionais), e/ou um capítulo de livro e/ou um livro, numa editora com chancela reconhecida e prestigiada no domínio da ciência política e/ou relações internacionais.

5 — O/A diretor/a do doutoramento pode autorizar que sejam consideradas outras línguas na apresentação da tese e/ou nas provas públicas de defesa da tese para além das referidas nas Normas Regulamentares Gerais dos Doutoramentos do Iscte, desde que obtenha parecer positivo da Comissão Científica do Doutoramento.

### **Artigo 18.º**

#### **Hierarquia de normas**

Em caso de conflito entre as presentes Normas Regulamentares Específicas e as Normas Regulamentares Gerais dos Doutoramentos do Iscte, prevalecem estas últimas.

### **Artigo 19.º**

#### **Entrada em vigor e produção de efeitos**

1 - As presentes normas entram em vigor no dia seguinte à sua publicação no Diário da República e aplicam-se:

a) Aos/Às estudantes que ingressam num ciclo de estudos de doutoramento a partir do ano letivo de 2026/2027, inclusive;

b) Aos/Às estudantes que, no início do ano letivo de 2026/2027, ainda não tenham obtido aprovação no projeto de doutoramento.

2 - Aos/Às demais estudantes, que não tenham interrompido a sua inscrição, aplicam-se as normas em vigor à data do seu ingresso, sem prejuízo da possibilidade de, mediante requerimento, poderem optar pela aplicação das presentes normas.